

POLÍTICA DE ENSINO
DA REDE MUNICIPAL
DO RECIFE

EDUCAÇÃO INFANTIL

CURRÍCULO REVISTO, CONSIDERANDO
A HOMOLOGAÇÃO DA BNCC – DEZEMBRO DE 2017



RECIFE
PREFEITURA DA CIDADE

Secretaria de Educação

Volume 2

POLÍTICA DE ENSINO
DA REDE MUNICIPAL
DO RECIFE

EDUCAÇÃO INFANTIL

CURRÍCULO REVISTO, CONSIDERANDO
A HOMOLOGAÇÃO DA BNCC – DEZEMBRO DE 2017

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Coordenação

Alexandra Felix de Lima Sousa
Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros
Nyrluce Marília Alves da Silva

Volume 2

POLÍTICA DE ENSINO
DA REDE MUNICIPAL
DO RECIFE

EDUCAÇÃO INFANTIL

2ª edição revisada e atualizada

CURRÍCULO REVISTO, CONSIDERANDO
A HOMOLOGAÇÃO DA BNCC – DEZEMBRO DE 2017



Secretaria de Educação

Recife
2021

TÍTULOS DA COLEÇÃO

VOLUME 1 Fundamentos Teórico-Metodológicos
VOLUME 2 Educação Infantil
VOLUME 3 Ensino Fundamental (1º ao 9º ano)
VOLUME 4 Educação de Jovens e Adultos
VOLUME 5 Educação Inclusiva: múltiplos olhares
VOLUME 6 Tecnologias na Educação

PREFEITO DO RECIFE

João Henrique de Andrade Lima Campos

VICE-PREFEITA DO RECIFE

Isabella de Roldão

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Frederico Amâncio

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO PEDAGÓGICA

Juliana Guedes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DA REDE

Gleibson Cavalcanti dos Santos

SECRETÁRIA EXECUTIVA DE INFRAESTRUTURA

Daniele César Duca de Carvalho

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Severino José de Andrade Júnior

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Ednaldo Alves de Moura Júnior

GERENTE GERAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Fabiana Silva Barboza dos Santos

GERENTE DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO,
EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Ana Cristina Bezerra Cavalcanti

GERENTE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E ANOS FINAIS

Ivanildo Luís Barbosa

GERENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Adilza Gomes da Cunha Silva

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Mônica Maria Villar e Luna; Célia Maria Vieira Santos

DIVISÃO DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Valéria de Aguiar

DIVISÃO DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rosivaldo Severino dos Santos

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Bruno Jhonnatas Santos de Oliveira

GESTORA DA EFER PROFESSOR PAULO FREIRE

Etiane Valentim da Silva Herculano

COORDENAÇÃO GERAL

Alessandra Felix de Lima Sousa

Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros

Nyrluce Marília Alves da Silva

CAPA

Eduardo Souza

Gabriela Araújo

REVISÃO GRAMATICAL

Alfredo Barreto de Barros Filho

NORMALIZAÇÃO

Sandra Maria Neri Santiago

DESIGN GRÁFICO

Eduardo Souza e Gabriela Araújo

REVISORAS

Célia Maria Vieira Santos

Emanuela Ferreira do Nascimento Araújo

Joselma Maria Custódio de Oliveira

Rosimere Ferreira da Penha

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Alison Fagner de Souza e Silva

Rogério de Melo Moraes

APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

Escola de Formação de Educadores do Recife –

Professor Paulo Freire.

Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica

Catálogo na fonte:

Biblioteca Sandra Maria Neri Santiago, CRB4-1267

R297p

Recife (PE). Secretaria de Educação

Política de ensino da rede municipal do Recife /

coordenação: Alexsandra Felix de Lima Sousa, Jacira

L'Amour Barreto de Barros, Nyrluce Marília Alves

da Silva. – 2. ed. rev. e atual. – Recife: Secretaria de

Educação, 2021.

6 v.

Conteúdo: v. 1. Fundamentos teórico-metodológicos

– v. 2. Educação infantil – v. 3. Ensino fundamental (1º

ao 9º ano) – v. 4. Educação de jovens e adultos – v. 5.

Educação inclusiva: múltiplos olhares – v. 6. Tecnologias

na educação

Inclui referências.

ISBN: 978-65-995182-0-1 (broch.)

1. Educação-Recife (PE). 2. Política de ensino. 3.

Educação infantil. I. Sousa, Alexsandra Felix de Lima

Barros. II. Barros, Jacira L'Amour Barreto de. III. Silva,

Nyrluce Marília Alves da. IV. Título.

CDD 370 (22. ed.)

CDU 37 (2. ed.)

À Professora Katia Marcelina de Souza

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Coordenadores(as) Pedagógicos(as), Gestores(as), Professores(as) e demais profissionais da Educação que participaram das discussões sobre a revisão da Política de Ensino.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Identificação dos Objetivos	33
QUADRO 2	Eu, o Outro e o Nós	34
QUADRO 3	Corpo, Gestos e Movimentos	39
QUADRO 4	Traços, Sons, Cores e Formas	43
QUADRO 5	Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação	49
QUADRO 6	Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CTD	Contrato Tempo Determinado
DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GOM	Grupo Ocupacional do Magistério
GT	Grupo de Trabalho
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PMTE	Programa Municipal de Tecnologia na Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
RMER	Rede Municipal de Ensino do Recife
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15

1 BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE – 2014/2015 17

2 PROCESSO DE REVISÃO DA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE – 2018/2020 21

3 RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS DA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE E AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC 23

4 REEDIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RECIFE 27

4.1 Os Direitos de Desenvolvimento e Aprendizagem

4.2 Os Campos de Experiências

5 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL 32

REFERÊNCIAS 61

APRESENTAÇÃO

O currículo é o espaço onde se corporificam formas de conhecimento e de saber. O currículo é um dos locais privilegiados, onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação, e é também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e processo de formação estão mutuamente implicados (SILVA, 1996, p. 23).

Ao longo dos anos (2018/2020), foram desenvolvidos estudos e um amplo processo coletivo de discussão e revisita às matrizes curriculares e textos introdutórios da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, em face da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Desse modo, o processo compreendeu a revisão do currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, e o da Educação de Jovens e Adultos, publicados inicialmente em 2015.

Destaca-se que a revisita às matrizes curriculares, além de atender ao caráter normativo da BNCC, consistiu em uma oportunidade de rever o documento a partir das demandas advindas da implementação do currículo na prática docente. O processo foi desenvolvido de maneira colaborativa, cujas premissas foram, principalmente, o olhar para o currículo no cotidiano das práticas pedagógicas das unidades escolares, referendado por novas identidades profissionais, e modalidades de ensino; atender, especialmente, à reivindicação dos (as) professores (as) para um maior detalhamento dos fundamentos teórico-metodológicos, pautados nas discussões acadêmicas, a respeito da concepção de currículo, que incorpora conhecimentos escolares, cultura e práticas educativas; e considerando, por fim, a homologação da Base Nacional Comum Curricular, datada de dezembro de 2017.

Ressalta-se, todavia, que as questões ligadas aos Eixos e Princípios da Política de Ensino – Escola Democrática, Diversidade, Meio Ambiente, e Tecnologia, continuam sendo os alicerces da aprendizagem, e considerados veículos da convivência e da experiência cidadã.

Vivencia-se, na prática, o propósito de implementar um processo democrático dessa revisita à Política de Ensino, que trouxe, para o texto, toda experiência acumulada da Rede, melhorando e atualizando as construções anteriores.

Em uma perspectiva crítica, toma-se como referência, os pressupostos teórico-metodológicos dos projetos anteriores e as suas experiências acumuladas nas várias etapas da construção institucional. Para o seu andamento e articulação, optou-se por encaminhamentos dialógicos que favoreceram o debate com todos os segmentos da Rede, o que tornou toda a realização mais enriquecida e participativa.

Construir um documento dessa monta, de forma democrática e participativa, envolveu grande complexidade e necessidade de atenção e respeito às diferentes opiniões e falas que se contrapuseram ao longo do processo. Na dialogia estabelecida, buscou-se atender às demandas sem abrir mão de nossa identidade, enquanto Rede de Ensino, e de fortalecer as concepções defendidas pelo conjunto de profissionais que a constitui. O intuito foi de construir o currículo, enquanto práxis, tornando a ação educativa, como diz Freire (1996, p. 12), em “ação modificadora e criadora da realidade”.

Deseja-se que, a partir desse documento revisitado, os (as) educadores (as) da Rede Municipal de Ensino do Recife continuem a contribuir para a construção de realidades mais justas e éticas, junto aos (às) educandos (as).

Recife, 2021.

Alexsandra Felix de Lima Sousa

Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros

Nyrluce Marília Alves da Silva

COORDENAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

1 BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE – 2014/2015

A Política de Ensino da Rede Municipal do Recife (2014/2015), estruturada em 6 (seis) livros – Fundamentos Teórico-Metodológicos, Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares e Tecnologias na Educação – representa uma construção histórica que foi iniciada, a partir do envolvimento do Grupo Ocupacional do Magistério (GOM), que resultou em importante documento de consolidação das concepções que norteiam as ações educativas da Rede de Ensino do Recife. Por essa razão, faz-se necessário resgatar parte desse processo de construção.

Durante a elaboração e estruturação do documento foram desenvolvidas várias ações como promoção de discussões nas unidades educacionais; constituição de um Grupo de Trabalho (GT), composto por professores (as), técnicos (as) pedagógicos (as) representando as Divisões e Gerências da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica e da Secretaria Executiva de Tecnologia; apresentação e discussão da produção escrita do documento com representantes do GOM, em reuniões realizadas em 12 de abril, 30 de abril, 13 de setembro, 18 de outubro e 22 de novembro do ano de 2014; assessoria à equipe técnica da Rede por professores (as) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); socialização e incorporação das proposições dos (as) professores (as) dos Anos Finais do Ensino Fundamental, ao documento nos encontros pedagógicos mensais, juntamente com a presença dos (as) assessores (as), nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014, dentre outras ações.

Ao traçar-se o movimento de construção da Política de Ensino da RMER, destacou-se o objetivo de atingir o máximo de participação dos (as) professores (as), demais segmentos das unidades escolares e diferentes profissionais da educação de forma democrática, coletiva e colegiada, para que os anseios de todos (as) pudessem ser discutidos. E aqui é importante salientar que as equipes que compuseram o GT, leram, analisaram e refletiram sobre as contribuições dos (as) representantes do GOM, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI's), e demais profissionais da educação da Rede que participaram dos momentos de

socialização, discussão e das produções escritas do documento. Todo esse processo proporcionou um diálogo mais direto sobre as concepções e os conceitos que envolvem e direcionam a organização e o acompanhamento das ações educativas na Rede Municipal de Ensino do Recife (RMER).

No percurso de construção da Política de Ensino, com o intuito de promover uma educação emancipadora, fundamentada nos quatro pilares (aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos, e aprender a ser), bem como trazer orientações, quanto aos rumos a serem trilhados pela Rede de Ensino do Recife, foram realizados estudos que promoveram a adequação do currículo às novas demandas e exigências sociais, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Conselho Nacional da Educação, 2013); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2010); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno, 2012); o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011–2020 (BRASIL, 2011); o Plano Nacional de Educação 2014 (BRASIL, 2014); os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, 2009); o Ensino Fundamental de Nove Anos, e Orientações para Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006); as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicas Raciais, e para o Ensino de História Africana e Afro-brasileira (Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2004); e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL. Ministério da Educação, 2008).

Como resultado desse processo de estudos e diálogos, em maio de 2014 foi publicado o primeiro volume da Política de Ensino intitulado Fundamentos Teórico- Metodológicos, onde estão descritos os Eixos Norteadores da Política de Ensino, que são: Escola Democrática, Diversidade, Tecnologia e Meio Ambiente, bem como os Princípios: Igualdade, Solidariedade, Participação e Justiça Social, os quais foram estabelecidos na perspectiva de melhorar o ensino por meio da ação pedagógica, e garantir os Direitos de aprendizagem dos (as) estudantes.

No ano seguinte, em 2015, foram publicados os outros 5 (cinco) livros da Política de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva: Múltiplos Olhares e Tecnologias na Educação. Inicialmente, os documentos foram disponibilizados para toda a RMER em versão digital e, posteriormente, os (as) representantes do GOM e as

unidades educacionais receberam a versão impressa dos livros, a fim de direcionar as ações pedagógicas. Tal feito representa um marco histórico para a Rede Municipal do Recife.

A partir da publicação do documento, vem sendo desenvolvidas sistematicamente nas unidades de ensino, e nos diversos setores da Secretaria de Educação, como na Escola de Formação Professor Paulo Freire¹, ações de discussão, diálogo e formações continuadas, norteadas pelo documento, fortalecendo o sentido das práticas cotidianas de ensino e aprendizagem que se estabelecem nas unidades educacionais da Rede Municipal do Recife.

¹ A Escola de Formação de educadores do Recife Professor Paulo Freire foi criada a partir do Decreto Nº. 28.480 de 24 de dezembro de 2014, Com o objetivo de promover ações de formação continuada aos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino do Recife.

2 PROCESSO DE REVISÃO DA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE – 2018/2020

Frente ao desafio de revisitar a Política de Ensino de forma participativa, a Secretaria de Educação do Recife promoveu múltiplas ações. Nesse sentido, no ano letivo de 2018, foram proporcionados aos (às) profissionais da educação, espaços e tempos para reflexões, diálogos e construção coletiva de sugestões, a serem inseridas no documento, de acordo com a realidade da Rede.

As ações desenvolvidas com esse intuito materializaram-se em diversos momentos do ano letivo de 2018, como as que ocorreram nos estudos e discussões coletivas sobre a BNCC, realizadas nas unidades de ensino, na abertura do ano letivo; na análise comparativa entre a BNCC e a matriz curricular da RMER, pelas equipes técnicas da Secretaria de Educação, visando a estabelecer as aproximações entre os documentos, no sentido de atender às normativas da BNCC; na realização do IV Seminário da Política de Ensino da RMER no início do II semestre letivo, que contou com a participação de todos (as) os (as) profissionais da Rede, cujo subtema foi “BNCC em debate”; na paralisação das duas últimas aulas das unidades educacionais, em 14 de setembro, para construção de propostas de alterações no currículo da Rede pelos (as) profissionais da educação, sob orientação das coordenações de cada unidade; na criação do Grupo de Trabalho (GT) de revisão da Política de Ensino, responsável por sistematizar e estruturar todas as contribuições, advindas das unidades educacionais e dos diferentes setores da Secretaria de Educação; nos fóruns, realizados nos meses de novembro e dezembro, por etapas e modalidades de ensino, possibilitando, assim, que os (as) educadores (as) apresentassem suas contribuições, experiências, questionamentos e anseios, para serem encaminhados, sistematizados e incorporados ao documento pelo GT de revisão. Ao final dos fóruns, tivemos o documento validado pelos (as) profissionais do GOM e, posteriormente, as sugestões/ajustes incorporados pelo GT de revisão da Política ao documento final.

Desse modo, temos a presente publicação dos livros da Política da Rede, reeditados com as novas orientações. Convém destacar dois aspectos, quanto aos resultados e ao processo de revisão 2018/2019. Primeiro, foi observado que o currículo da Rede, já atende, desde 2015, quase que a totalidade das norma-

tivas da BNCC, sendo necessários alguns ajustes/acréscimos. E como a Política de Ensino possui Componentes Curriculares, Direitos e Objetivos de Aprendizagem específicos, que avançam em relação ao estabelecido no texto da BNCC, tais aspectos foram preservados no documento da RMER.

Dentre as especificidades do Currículo educacional de Recife, outro aspecto singular da Política de Ensino refere-se à organização do ciclo de alfabetização. Enquanto a BNCC prevê um ciclo de dois anos, para consolidar a alfabetização, a RMER manteve o ciclo de alfabetização, constituído pelos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Evita-se dessa forma, uma retenção precoce com os prejuízos decorrentes, conforme alerta a Resolução do CNE nº 7, de 14 de dezembro de 2010, em seu artigo 30 – III:

a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização, e os prejuízos que a repetência pode causar ao Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade, e deste para o terceiro (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2010, p. 8).

Todavia, mesmo com o ciclo de alfabetização até o 3º ano, a organização curricular está estruturada, de forma a garantir ao (à) estudante, os saberes necessários para a apropriação da linguagem escrita até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, cabendo ao 3º ano, a consolidação da alfabetização.

Entre as especificidades, destacamos os Componentes Curriculares de História do Recife, e o de Introdução às Leis trabalhistas, já presentes na Matriz Curricular publicada em 2015, que também foram revisitados.

Durante o processo de revisão da Política de Ensino, foram mantidos os fundamentos pedagógicos, organizados em Direitos e Objetivos de Aprendizagem, para todas as modalidades e etapas de ensino. No caso da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a manutenção se deu com respaldo na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, no artigo 3º parágrafo único, que estabelece: “Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no caput do art. 35-A e no §1º do art. 36 da LDB, a expressão ‘competências e habilidades’ deve ser considerada como equivalente à expressão ‘direitos e objetivos de aprendizagem’, presente na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno, 2017, p. 41). Vale destacar que, embora a BNCC não trate especificamente da EJA, isso não é impeditivo para as redes de ensino não revisitarem seus currículos em busca de atualizações com a temática, face às dez competências gerais da Base.

3 RELAÇÃO ENTRE OS EIXOS DA POLÍTICA DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE E AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC

A partir da homologação da BNCC, em dezembro de 2017, fez-se necessário olhar a Política de Ensino da RMER e as Competências Gerais² da BNCC. O intuito foi identificar convergências e estabelecer um alinhamento, sem perder de vista, contudo, os avanços consolidados na educação municipal do Recife.

Nesse sentido, em relação aos Eixos da Política de Ensino da RMER, destaca-se a Escola Democrática, que defende o desenvolvimento de atitudes democráticas no ambiente escolar, com espaço para o diálogo e partilha nas ações

- 2 COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL. Ministério da Educação, 2017, p. 9-10).

desenvolvidas, em que, de forma colaborativa, seja incentivada a autonomia e corresponsabilidade de toda comunidade escolar nas tomadas de decisões. Tais premissas, presentes no eixo Escola Democrática, coadunam com o que permeia as competências gerais da BNCC, sobretudo a décima competência que estabelece um ensino voltado para o agir individual e coletivamente com autonomia, com base em princípios éticos e democráticos.

A Tecnologia consiste em mais um eixo da Política de Ensino, e apresenta o Programa Municipal de Tecnologia na Educação (PMTE), apontando o uso da tecnologia a serviço da socialização do conhecimento, e o do exercício da criatividade, e a importância de educar os(as) estudantes, enquanto pessoas que precisam se posicionar, diante das diferenças; compreendê-las, como resultado das singularidades dos grupos; conhecer o direito de cada cidadão e cidadã a novas ideias e valores, e as diferentes maneiras de ser e viver. O principal objetivo da Política de Tecnologia na RMER é contribuir no atendimento às demandas sociais por uma formação de qualidade, tendo, como princípio, a tecnologia a serviço da construção e socialização do conhecimento, e do exercício da cidadania. Busca-se, com isso, o desenvolvimento do senso crítico, a criatividade, o trabalho colaborativo, e a autoria dos (as) estudantes. Todos esses princípios e ações assinaladas encontram paralelo com a primeira e a quinta competência da BNCC que ao referir-se à compreensão e usos das tecnologias digitais de informação e comunicação, defende que seja baseada em uma vivência significativa e ética nas diversas práticas sociais.

A relação da inclusão, como prática democrática, também é discutida e subsidiada por programas que vêm sendo desenvolvidos na RMER. Ao tratar de currículo, a Política de Ensino da RMER enfoca a importância de a escola levar os(as) estudantes a conviverem com a diversidade, respeitando as diferenças que configuram o cenário social, contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência crítica. Desse modo, a Diversidade é mais um eixo da Política de Ensino, que envolve as questões de gênero e sexualidade, raça e etnia e educação especial. Nesse contexto, percebe-se a relação do eixo Diversidade da Política de Ensino com as competências gerais da BNCC, com ênfase para a terceira, sexta, oitava e nona competências

De acordo com a Política da RMER, a Escola é um espaço acolhedor da diversidade cultural, podendo possibilitar aos (às) estudantes leituras sobre ser e estar no mundo. A mesma defende que o/a estudante participa, desde a infância, de práticas sociais que se relacionam com diferentes linguagens – corporal, gestual, verbal, e escrita. Dessa forma, o ambiente educacional pode proporcionar experiências que o estimulem à curiosidade e à autonomia nas diversas situações desafiadoras da vida. Diante disso, ajusta-se ao que pre-

conizam a primeira e a terceira Competências da BNCC, visto que, uma das suas concepções sobre a organização curricular é a relação do currículo com a cultura, enquanto prática de significação da produção, da identidade e diferença. Nesse sentido, é possível identificar, também, a relação entre o que é posto no documento oficial da RMER, com a quarta competência da BNCC, que faz referência à utilização de diferentes linguagens, como as artísticas, as de matemática e as científicas.

O Meio Ambiente é outro eixo da Política de Ensino, ao ser considerado como tal, os/as estudantes da Rede de ensino do Recife são orientados/as a interagirem de forma respeitosa com o ambiente, entendendo que eles e elas são partes integrantes do meio ambiente, e como cidadãos/cidadãs planetários/as têm responsabilidade com a construção e manutenção de uma sociedade, ecologicamente sustentável. Vemos assim, uma aproximação com a sétima competência geral da BNCC, que apresenta a necessidade do desenvolvimento de uma consciência socioambiental com consumo responsável, cuidando de si, dos outros e do planeta.

Quanto à organização curricular da RMER, apesar desta não estabelecer uma relação direta com a formação profissional dos(as) educandos(as), baseia-se na perspectiva da aprendizagem, como um direito a ser exercido em sua plenitude, na qual são sujeitos históricos, e têm suas trajetórias pessoais e coletivas, partilhadas no espaço educacional que é compreendido como instituição, destinada, entre outros objetivos, a garantir a inclusão social de modo amplo e efetivo. Portanto, compreende-se que, ao fazer referência à inclusão social dos(as) estudantes de modo amplo, a Política de Ensino estabelece, embora intrinsecamente, uma relação direta com sua formação profissional, como importante elemento no reconhecimento da pessoa e sua participação, enquanto cidadão(ã), alinhando-se, nessa configuração, com a sexta Competência da BNCC, que propõe entender o mundo do trabalho, e planejar seu projeto de vida pessoal, profissional e social.

A Política de Ensino, estabelece ainda, o compromisso com uma educação que abre espaço para os conhecimentos e para as referências que os(as) estudantes trazem de seu contexto social e cultural, compromisso este que os(as) ajude a incorporar os saberes escolares com condições de se tornarem sujeitos capazes de propor, debater, argumentar, decidir, construindo novos significados para o local, onde vivem seus direitos, e os saberes das diferentes culturas. Dessa forma, pode-se identificar a relação com a segunda Competência que apresenta, como proposição, exercitar a curiosidade intelectual, e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise

crítica, a imaginação e a criatividade, para a compreensão das causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas, e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Temos assim, uma Política de Ensino, orientada para a formação integral do indivíduo, traduzida em um documento que resultou de uma construção coletiva que envolveu amplas discussões, momentos de estudo, e se fará legítimo, à medida que for efetivado no cotidiano escolar. Tal feito representa um marco na história da Rede Municipal de Ensino do Recife. Enquanto documento norteador, através da elaboração das matrizes curriculares, fortalece a prática pedagógica na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), e na Educação de Jovens e Adultos. Seu processo de consolidação, ocorre também, a partir de momentos e espaços de discussões, tais como: fóruns, seminários, e/ou elaboração de projetos políticos pedagógicos das unidades educacionais, organização de formações pedagógicas, entre outros.

4 REEDIÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL RMER

Em consonância com a Política de Ensino da Prefeitura do Recife (2015a), a matriz curricular para Educação Infantil que se apresenta, obteve as adequações necessárias, decorrentes das exigências da BNCC (BRASIL. Ministério da Educação, 2017), dando amplitude ao que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), que concebem o currículo, como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências, e os saberes das crianças, na faixa de 0 a 5 anos de idade, com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o seu desenvolvimento integral.

A compreensão da criança, como sujeito de direitos, presentes nesta proposta, afirma que a aprendizagem, e o desenvolvimento no processo educativo têm, por base, a relação da criança com o outro, em contextos intencionalmente planejados, com respeito à especificidade de cada faixa etária, promovendo vivências que favoreçam à expressão de seus desejos, opiniões e ideias na singularidade da criança, em pensar, compreender, e agir no mundo.

4.1 Os Direitos de Desenvolvimento e Aprendizagem

É de uma concepção de currículo, que traz a criança³ para a centralidade do planejamento pedagógico, que os Campos de Experiências ganham relevância na organização da Matriz Curricular da Educação Infantil, ao considerar o seu cotidiano, como mobilizador de experiências, vivenciadas pelas crianças, para garantia de seus direitos, norteados pelos princípios⁴ éticos (autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem-comum, ao meio ambiente, e às diferentes culturas, identidades e singularidades), e estéticos (sensibilidade, criatividade, ludicidade, liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais), e também políticos (direitos de cidadania, exercício da criticidade, respeito à ordem democrática).

3 Criança como sujeito ativo, protagonista da Política de Ensino, entende-se os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, conforme faixa etária evidenciada na BNCC/2017 (BRASIL. Ministério da Educação, 2015).

4 Tais princípios estão previstos nas DCNEIs (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2009) e no caderno da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife (RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação, 2014b).

A partir dos princípios éticos, estéticos e políticos, são elencados seis direitos prioritários: **expressar, explorar, conviver, conhecer-se, participar e brincar**, e estão compreendidos na inter-relação: conviver e conhecer-se (éticos); explorar e brincar (estéticos); participar e expressar (políticos).

A relação de sentidos, entre os direitos e os princípios que justificam a finalidade de uma proposta curricular para a educação infantil, ganha materialidade nas práticas pedagógicas, quando se identifica, a partir de uma apresentação geral, o que é próprio de cada direito de aprendizagem e desenvolvimento:

- a) **conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura, e às diferenças entre as pessoas;
- b) **brincar**, cotidianamente, de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros(as) (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;
- c) **participar**, ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola, e das atividades, propostas pelo(a) educador(a) quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens, e elaborando conhecimentos, decidindo e posicionando-se;
- d) **explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia e;
- e) **conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens, vivenciadas na instituição escolar, e em seu contexto familiar e comunitário.
- f) **expressar** como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos por meio de diferentes linguagens.

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme disposto na Matriz curricular, assumem diferentes intencionalidades educativas, ou seja, há um significado distinto para cada direito, conforme o campo de experiência de atuação,

num entendimento de que nenhum direito exerce mais importância sobre outro, e estão entrelaçados nas vivências significativas, considerando a indissociabilidade do cuidar e educar, como ações promotoras do desenvolvimento integral da criança.

4.2 Os Campos de Experiências

Denominados de Campos de Experiência, eles são apresentados na Base Nacional Comum Curricular/Etapa Educação Infantil (BRASIL. Ministério da Educação, 2017), como um arranjo curricular que acolhe as situações, e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças, e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, e assumem a centralidade na organização curricular dessa etapa de ensino.

Foram elencados cinco campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. As denominações estão relacionadas com as experiências, previstas nas DCNEIs (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2009), quanto à atenção, às singularidades das crianças, e suas diversidades culturais, sociais, étnicas, propiciando experiências que favoreçam à descoberta de um mundo diversificado, na construção de sua identidade e interações.

Em cada campo de experiência, percebem-se oportunidades para as crianças, no sentido de interação com pessoas, objetos, situações que lhe permitem atribuir significados pessoais, conforme descrito na BNCC/Etapa Educação Infantil (BRASIL. Ministério da Educação, 2017, p. 38-41, grifos do autor):

O Eu, o Outro e o Nós

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais.

Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio.

Corpo, Gestos e Movimentos

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expres-

sam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

Com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro, e o que pode ser um risco à sua integridade física.

A instituição escolar precisa promover oportunidades ricas, para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico, e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço (tais como, sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se, entre outros.).

Traços, Sons, Cores e Formas

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia, entre outros.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras.

Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais, e de recursos tecnológicos.

Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.

A Educação Infantil, portanto, precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura, e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro, e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro.

Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário, e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.

Na Educação Infantil, é importante promover experiências, nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas, elaboradas individualmente, ou em grupo, e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular, e pertencente a um grupo social.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade em relação à cultura escrita, ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, observando-os, como circulam no âmbito familiar, comunitário e escolar. Assim, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo seus diferentes usos sociais, dos gêneros, suportes e portadores.

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem, e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo(a) educador(a), mediador(a) entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação, e da ampliação do conhecimento do mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis, entre outros, propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita, e as formas corretas de manipulação de livros.

No convívio com textos escritos, as crianças constroem hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita, como sistema de representação da língua.

Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram situar-se em diversos espaços (rua, bairro, cidade entre outros.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã entre outros.).

Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais, as possibilidades de sua manipulação, etc.), e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhecem; como vivem, em que trabalham; quais suas tradições, seus costumes, a diversidade entre elas, entre outros.).

Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais, entre outros.) que igualmente aguçam a curiosidade.

A Educação Infantil precisa promover experiências, nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação, para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.

Diante do exposto, as experiências propostas, embora apresentadas em campos distintos, estão interligadas, pois não ocorrem de forma isolada ou fragmentada. São norteadoras das práticas pedagógicas, tendo as brincadeiras e as interações como eixos estruturantes que, para além da organização curricular, têm um projeto educativo com princípios e direitos para o respeito à criança que **“brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona, e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”** (BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2009, p. 12, grifo nosso).

5 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A proposta curricular da educação infantil (RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação, 2015a), organizada por eixos de conhecimentos, é atualizada a partir dos “Campos de Experiências”, onde há uma equivalência na descrição dos objetivos, anteriormente dos eixos, para os campos de experiências.

Com essa proposta, os Campos de Experiências são separados, apenas para efeito didático de compreensão do(a) professor(a), pois na prática educativa, nas vivências cotidianas, acontecem de forma simultânea.

Para melhor compreensão da tríade: campos, direitos e objetivos, seguem observações:

- a) dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento – não há equivalência de um direito para um objetivo específico, e os seis direitos se inter-relacionam com todos os objetivos;
- b) as Sugestões de Vivências se inter-relacionam com o Campo de Experiência e os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento. Elas poderão ser selecionadas pelo(a) professor (a), para um determinado objetivo, de acordo com sua intencionalidade pedagógica e também adequada ao seu respectivo grupo infantil;
- c) para efeito de adequação a BNCC (BRASIL. Ministério da Educação, 2017) inclui-se as faixas etárias (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) que corresponde aproximadamente os grupos infantis;
- d) os objetivos estão identificados, nas colunas, por um código alfanumérico que corresponde as duas letras iniciais de seus respectivos Campos de Experiências, seguidos da numeração correspondente, conforme exemplo no quadro 1.

- I Iniciar neste bimestre
- A Aprofundar neste bimestre

QUADRO 3 – Corpo, Gestos e Movimentos (Continuação)

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	BIMESTRES					SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS
			BEBÊS 0 a 1 ano e 6 meses		CRIANÇAS 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses		CRIANÇAS 4 anos a 5 anos e 11 meses	
			BERCÁRIO	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	
Corpo, gestos e movimentos. EXPRESSAR, corporalmen- te, emoções, ideias e opiniões, tanto nas relações cotidianas, como nas brincadeiras, dramatizações, danças, músicas, contação de histórias, dentre outras manifestações, empenhando-se em compreender o que outros também expressam.		(CG13). Perceber a dramatização, como expressão e comunicação. (CG14). Assumir, livre de estereótipos, o papel de diferentes personagens das histórias e do cotidiano. (CG15). Conhecer, a partir das histórias contadas, os elementos que constituem a apresentação teatral (figurinos, cenários e adereços). (CG16). Expressar movimentos e gestos, a partir das características de variados personagens, livre de estereótipos. (CG17). Apreciar de forma gradativa, com respeito, atenção e crítica, as produções artísticas, dentro e fora da escola.	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	Promoção de variadas experiências expressivas, corporais e sensoriais, através do brincar, ampliando o repertório das brincadeiras, construindo princípios de respeito à privacidade de si e do outro, com kit médicos, carrinhos de diferentes funções cegonha, bombeiro, caçamba), posto de gasolina, fantoches, bichinhos e casinha com fogão, carrinho de bebê, bonecas, berço e outros, permitindo o fluir da imaginação. Conhecimento do mundo físico com brincadeiras de entrar, puxar e empurrar caixas; martelar pinos; encaixar; empilhar; passar em túneis, com colchonetes e blocos de borracha. Dramatização espontânea, utilizando diferentes recursos narrativos e visuais, a partir de histórias, poesias, músicas, pinturas e esculturas. Dramatizações, a partir de diferentes temas, explorando morte, ciúme, chegada de um novo bebê, mudança de casa entre outros.
			I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	
			I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	

Fonte: o autor

- I Iniciar neste bimestre
- A Aprofundar neste bimestre

QUADRO 3 – Corpo, Gestos e Movimentos (Conclusão)

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	BIMESTRES					SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS
			BEBÊS 0 a 1 ano e 6 meses		CRIANÇAS 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses		CRIANÇAS 4 anos a 5 anos e 11 meses	
			BERCÁRIO	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	
Corpo, gestos e movimentos. CONHECER-SE nas diversas oportunidades de interações e explorações com seu corpo; reconhecer e valorizar o seu pertencimento de gênero étnico-racial e religioso.		(CG18) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções, como: em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora, entre outros, ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas (E102CG02). (CG19) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas, em brincadeiras, jogos e atividades artísticas (E103CG03). (CG20) Conhecer as possibilidades de utilização dos recursos tecnológicos, em situações do cotidiano de forma interativa.	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	Brincadeiras corporais que propiciem desafios motores, como subir em almofadas, pegar um brinquedo, colocado à certa distância, ou pegar vários materiais com as mãos.
			I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	
			I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	I I I I I	

Fonte: o autor

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	BIMESTRES				SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS				
			BEBÊS 0 a 1 ano e 6 meses		CRIANÇAS 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses						
			BERCÁRIO	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III					
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.	<p>EXPLORAR gestos, expressões, sons da língua, rimas, imagens, textos escritos, além dos sentidos das falas cotidianas, das palavras nas poesias, parlendas, canções, e nos enredos de histórias, apropriando-se desses elementos, para criar novas falas, enredos, histórias e escritas, convencionais, ou não.</p>	<p>(EF10) Conhecer e/ou compreender a sequência lógica das ações vivenciadas.</p> <p>(EF11) Manusear materiais impressos de forma espontânea interativa.</p> <p>(EF12) Explorar a oralidade e fazer leitura de imagens.</p> <p>(EF13) Imitar as variações de entonação e gestos, realizados pelos adultos, ao ler histórias, e ao cantar.</p> <p>(EF14) Ler diferentes símbolos não verbais, para perceber os tipos de linguagem.</p> <p>(EF15) Promover a ampliação de experiências, e conhecimento dos diferentes gêneros textuais.</p> <p>(EF16) Ampliar o repertório de palavras no reconto da história.</p>	I	A	A	A	I	A	A	A	<p>Valorização da cultura das crianças, deixando-as contar o que gostam de fazer em suas casas, respeitando as experiências vividas, ampliando assim suas narrativas.</p> <p>Introdução de conhecimentos da cultura oral, contos, parlendas, trava-línguas, adivinhas, músicas, histórias, recontos, aliterações, rimas, textos, entre outros.</p>
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	

Fonte: o autor

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	BIMESTRES				SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS				
			BEBÊS 0 a 1 ano e 6 meses		CRIANÇAS 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses						
			BERCÁRIO	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III					
Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.	<p>EXPRESSAR sentimentos, ideias, percepções, desejos, necessidades, pontos de vista, informações, dúvidas e descobertas, utilizando múltiplas linguagens, entendendo e considerando o que é comunicado pelos colegas e adultos.</p> <p>CONHECER-SE, a partir de uma apropriação autoral das linguagens, interagindo com os outros, reconhecendo suas preferências por pessoas, brincadeiras, lugares, histórias.</p>	<p>(EF16) Apreciar, e compreender contos e lendas.</p> <p>(EF18) Desenvolver a oralidade, a criatividade, e a autonomia.</p> <p>(EF19) Listar, coletivamente, explorando o caráter informativo dos textos orais e escritos.</p> <p>(EF20) Conhecer e diferenciar letras de outros sinais gráficos.</p> <p>(EF21) Familiarizar-se com escrita nos diferentes contextos.</p> <p>(EF22) Familiarizar-se com a leitura, e a produção de texto orais e escritos, mesmo sem ler e escrever convencionalmente.</p> <p>(EF23) Reconhecer a escrita do próprio nome, e o dos colegas.</p> <p>(EF24) Reconhecer imagens de si, e dos demais do seu grupo, fazendo relação com o nome de cada um.</p>	I	A	A	A	I	A	A	A	<p>Expressão oral de histórias e outros gêneros, contados e interpretados por meio de desenho ou pintura.</p> <p>Realização de atividades coletivas com a utilização de letras, e outros sinais gráficos, para que sejam agrupados, de acordo com suas características.</p> <p>Oferta de textos impressos variados, para favorecer o manuseio e familiarização com a escrita.</p>
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	
			I	A	A	A	I	A	A	A	

Fonte: o autor

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	BIMESTRES					SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS
			CRIANÇAS 0 a 1 ano e 6 meses		CRIANÇAS 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses		CRIANÇAS 4 anos a 5 anos e 11 meses	
			BERCÁRIO GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.	<p>EXPLORAR e identificar as características do mundo natural e social, nomeando-as, reagrupando-as, e ordenando-as, segundo critérios diversos.</p> <p>EXPRESSAR suas observações, hipóteses e explicações sobre objetos, organismos vivos, fenômenos da natureza, características do ambiente, personagens e situações sociais, registrando-as por meio de desenhos, fotografias, gravações em áudio e vídeo, escritas e outras linguagens.</p>	<p>(ET10). Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares, e da sua comunidade.</p> <p>(ET11). Conhecer e/ou realizar a contagem oral em contextos diversos.</p> <p>(ET12). Utilizar elementos associados à quantificação, à orientação, à ordenação de materiais em situações diversas.</p> <p>(ET13). Conhecer e/ou reconhecer os números em diferentes usos e funções.</p>	I	I	I	I	I	Manipulação e exploração de objetos com características, relacionadas ao peso (leve/pesado); ao volume (cheio/vazio); à espessura (grosso/fino); à textura (liso/áspero/macio), cor e forma.
			I	I	I	I	I	Comparação e classificação de objetos com características relacionadas ao peso (leve/pesado); ao volume (cheio/vazio); à espessura (grosso/fino); à textura (liso/áspero/macio); cor e forma.
			I	I	I	I	I	Realização de brincadeiras com destaque para as posições e distâncias nos percursos realizados.
			I	I	I	I	I	Representação por desenhos de características do ambiente natural e social do entorno da criança.
			I	I	I	I	I	Experiências com uso dos brinquedos (escorrego, gangorra, balanço, velocípede, e outros), para sentir as velocidades variadas.
			I	I	I	I	I	Utilização de gráficos, a partir de temas trabalhados.

Fonte: o autor

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	BIMESTRES					SUGESTÕES DE VIVÊNCIAS
			BEBÊS 0 a 1 ano e 6 meses		CRIANÇAS 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses		CRIANÇAS 4 anos a 5 anos e 11 meses	
			BERCÁRIO GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	
Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.	<p>CONHECER - SE e construir sua identidade pessoal e cultural, identificando seus próprios interesses na relação com o mundo físico e social, apropriando-se dos costumes, das crenças e tradições de seus grupos de pertencimento, e do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico.</p>	<p>(ET14). Conhecer e/ou identificar as formas geométricas nas diversas situações do cotidiano.</p> <p>(ET15). Classificar objetos pela cor, tamanho, forma, peso, entre outras características.</p> <p>(ET16). Utilizar a linguagem matemática, para expressar ideias, hipóteses e processo, sem situações-problema.</p> <p>(ET17). Conhecer e compreender noções de espaço, de lateralidade (entre, dentro e fora; em cima, embaixo, acima, abaixo, perto, longe, e outros).</p> <p>(ET18). Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).</p> <p>(ET19). Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre, do lado, e outros).</p>	I	I	I	I	I	
			I	I	I	I	I	
			I	I	I	I	I	
			I	I	I	I	I	

Fonte: o autor
 Fonte: o autor

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em: 14 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular (BNCC).** Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 18, 18 dez. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 70-71, 18 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 245, p. 41, 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. Organização de Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores da qualidade na educação infantil.** Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica.** Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. **Elementos conceituais e metodológicos para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de direitos de aprendizagem (1º, 2º e 3º anos) do ensino fundamental.** Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12827-texto-referencia-consulta-publica-2013-cne-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Conselho Nacional da Educação (Brasil). **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica.** Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. **Projeto de lei do plano nacional de educação (PNE 2011-2020):** projeto em tramitação no Congresso Nacional – PL nº 8.035/2010. Brasília, DF: Edições Câmara, 2011. (Série Ação Parlamentar, 436).

FOCHI, P. S. Ludicidade, continuidade e significatividade nos campos de experiência. In: FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. de (org.). **Campos de experiência na escola da infância:** contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas: Leitura Crítica, 2015. cap. 5, p. 221-232.

FOCHI, P. S.; CARVALHO, R. S. de. Pedagogia do cotidiano: reivindicações do currículo para a formação de professores. **Revista em Aberto,** Brasília, DF, v. 30, n. 100, p. 23-42, set./dez. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife:** educação de jovens e adultos. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015a. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 4).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife:** educação inclusiva: múltiplos olhares. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015b. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 5).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife:** educação infantil. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015c. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 2).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife:** ensino fundamental: 1º ao 9º ano. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015d. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 3).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife**: fundamentos teórico-metodológicos. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2014a. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 1).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife**: tecnologias na educação. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015e. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 6).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife**: subsídios para atualização da organização curricular. 2. ed. Organização de Élia de Fátima Lopes Maçaira, Katia Marcelina de Souza, Marcia Maria Del Guerra. Recife: Secretaria de Educação, 2014b. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 1).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife**: subsídios para atualização da organização curricular. 1. ed. Recife: Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, 2012. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 1).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

Este livro foi composto pelas fontes *Nobel*,
desenhada por Tobias Frere-Jones e Sjoerd
Hendrik de Roos e publicada pela Font Bureau,
e *Merriweather*, desenvolvida por Eben Sorkin
e disponibilizada pela Sorkin Type.

ISBN 978-65-995182-0-1